

A PROVA BRASIL NO CENÁRIO DAS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EXTERNA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Núbia da Silva Meira

Pedagoga pelas Faculdades Integradas da Vitória de Santo Antão - FAINTVISA

Jaqueline Barbosa Silva

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPE/Núcleo de Formação de Professores e Prática Pedagógica/Profa. Assistente da UFPE - Centro Acadêmico do Agreste

RESUMO

A década de 90 caracteriza, entre outras, pelos programas denominados de “avaliação”, os quais buscam contribuir com a qualidade do ensino. Os mesmos revelam, de um lado, a aprendizagem dos estudantes, e, do outro, denunciam o trabalho desenvolvido e o empenho do docente. Para atender o objetivo do estudo, compreender os impactos da Prova Brasil para a qualidade do ensino, realizou-se um estudo bibliográfico da área, entre outros: Hoffmann (1993; 2000); Luckesi (2001); Silva (2006) e Mendez (2002). Além, da análise dos resultados da Prova Brasil 2005 e 2007. Logo, foi possível perceber que as políticas de avaliação em geral contribuem no acompanhamento do rendimento da aprendizagem por nível de ensino no país. E, a Prova Brasil apesar de se restringir ao ato de medir conhecimentos e detectar “problemas”, possibilita uma reflexão quanto à responsabilidade particular dos Estados quanto à oferta de uma educação básica de qualidade.

Palavras-Chave: (1) Política de Avaliação Externa; (2) Prova Brasil; e, (3) Qualidade de Ensino.

INTRODUÇÃO

O interesse por esta temática surgiu a partir de uma preocupação e curiosidade relacionadas à divulgação de informações do sistema de avaliação externa, as quais alimentam polêmicas em diferentes espaços e, principalmente na mídia que aproveita

para denunciar que os(as) alunos(as) não aprendem, que os professores não ensinam e, que o processo de ensino e aprendizagem, no Brasil piora a cada ano.

De acordo com as teorias levantadas por Silva (2006), todo mundo aprende; o que muda são os ritmos e as maneiras como se aprende. Por que será então que os resultados desses programas de “avaliação” revelam o contrário? Segundo Luckesi (2001), a avaliação deve ser colocada a serviço da aprendizagem. Entretanto, será que essas avaliações, da maneira que estão sendo desenvolvidas, estão mesmo a serviço da aprendizagem?

Partindo dessa questão, tem-se o objetivo de conhecer as políticas de avaliação externa, dando ênfase a Prova Brasil, analisando as contribuições desta forma de avaliação, no processo de desenvolvimento da educação básica para a qualidade do ensino. Como afirma Sacristán (1998), a avaliação serve para pensar e planejar a prática didática. Sendo assim, será que esses programas de avaliação externa garantem esse “pensar” e “planejar” a prática didática? Como esclarece Silva (2006), a avaliação não é um processo em si mesmo, não é um fim, mas um meio articulado ao planejamento, ao ensino e à aprendizagem. Portanto, a que planejamento, a que ensino e aprendizagem estão articulados essas avaliações externas?

Questionamentos como esses, surgem sempre ao deparar-se com os resultados desses programas, divulgado e comentado nas mídias, os quais apenas apontam falhas e problemas encontrados. No entanto, não há a preocupação de se divulgar as contribuições com o ensino e a aprendizagem. Por isso, busca-se com esse trabalho conhecer e aprofundar o estudo das políticas de avaliação externa da educação básica, principalmente, a Prova Brasil. Segundo seus organizadores A Prova Brasil:

[...] foi idealizada para produzir informações sobre o ensino oferecido por município e escola, individualmente, com o objetivo de auxiliar os governantes nas decisões e no direcionamento de recursos técnicos e financeiros, assim como a comunidade escolar no estabelecimento de metas e implementação de ações pedagógicas e administrativas, visando à melhoria da qualidade do ensino.

Embora esteja escrito que os sistemas de avaliação devem orientar as ações dos governantes, diariamente, são divulgados pela mídia dados sobre a educação brasileira. Esses dados estão relativos ao sistema de avaliação, e também sobre o Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE) criado em abril de 2007.

As duas temáticas não estão desvinculadas, visto que um dos objetivos do PDE é propor metas para a melhoria da educação brasileira e, em especial, a educação básica, tal programa foi acelerado tendo em vista os “baixos rendimentos” dos alunos brasileiros, apresentados no processo de aplicação das avaliações externas.

A ideologia das políticas de avaliação externa implementadas nas últimas décadas no Brasil, se destina a uma “pedagogia de resultados”, conforme lembra Saviani (2007)¹, a qual se encontra baseada na lógica de mercado, sem retratar o significado do ensino, apontando para o professor a responsabilidade do fracasso dos discentes.

Partindo desse pressuposto, surgem as seguintes indagações: Será que se resolvem os problemas educacionais apenas responsabilizando alguém diante das situações de fracasso escolar? Até que ponto a Prova Brasil ou outro tipo de avaliação contribui com a melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem dos estudantes?

Diante das inquietações e tendo por embasamento teórico estudado durante o curso realizou-se esse estudo estruturado em três partes: a primeira parte apresenta uma discussão sobre a educação básica; a segunda parte apresenta uma discussão sobre as políticas de avaliação externa da educação básica; e a terceira apresenta uma discussão sobre a avaliação externa.

A função da Prova Brasil na educação básica

Nos anos finais da década de 80 registra-se a primeira iniciativa do Ministério da Educação (MEC) na organização sistemática de avaliação do ensino fundamental e médio em âmbito nacional, a qual foi denominada, a partir de 1990, como Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

O SAEB se institui como um dos mecanismos indicadores da avaliação do desempenho de alunos do ensino fundamental e médio de todas as Unidades Federadas, conforme Relatório Nacional do Sistema de Avaliação do Ensino Básico de 1990 (1991, p. 07). Com esse mapeamento, pretende-se detectar, através dos rendimentos dos estudantes (1) os problemas de ensino-aprendizagem existentes, (2) as condições de gestão, de competência docente, de alternativas curriculares, entre outras, e, (3) as áreas

¹ Acessado em: <<http://www.jornaldedebates.com.br>>, disponível no dia 03-02-09 às 2h15.

de ensino emergentes na obtenção de melhores resultados, no intuito de realizar uma intervenção na melhoria das condições do trabalho educacional.

Essas políticas foram se inserindo historicamente na administração do sistema educacional brasileiro, de modo articulado à construção científica dos fatores de qualidade, eficiência, equidade e produtividade.

Entretanto, a discussão dos problemas da educação básica no Brasil tem sido marcado, nos últimos anos, pela divulgação de informações em larga escala, que centraliza o rendimento dos alunos e o desempenho dos sistemas de ensino as áreas de Língua Portuguesa e Matemática.

Atualmente, o sistema de avaliação brasileiro além de contar com o exame por amostragem, ou seja Sistema de Avaliação do Ensino Brasileiro (SAEB), conta ainda com a Prova Brasil, introduzida em 2005, para avaliar o desempenho em Língua Portuguesa e em Matemática em cada unidade escolar. Além de contar também com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), criado em 2007, para monitorar o andamento das políticas públicas pela análise combinada do desempenho dos alunos, nos exames Prova Brasil e SAEB, e das taxas de aprovação de cada escola.

As Políticas de avaliação externa para a educação básica

As políticas de avaliação externa para a educação básica, especialmente a partir dos anos 90, passaram a serem usadas no contexto brasileiro, em diferentes níveis administrativos, como tentativa de encontrar um caminho para a solução de alguns problemas educacionais mais frequentes em nossa sociedade, esperando, possivelmente, que os processos avaliativos determinariam resultados e elevação do padrão de desempenho, com esse propósito foram criando programas e mais programas. Como por exemplo, SAEB, Prova e Provinha Brasil, PISA, entre outros.

O governo Federal, por meio do Ministério da Educação (MEC), lançou em 2007 o plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) alegando o objetivo “de melhorar substancialmente as educações oferecidas às nossas crianças, jovens e adultos”. No que tange à educação básica, segundo o MEC, as metas do PDE contribuem para que as escolas e secretarias de educação possam viabilizar o atendimento da qualidade da educação aos educandos. Para se conseguir, efetivamente, atingir as metas traçadas para a educação brasileira é necessário, em primeiro lugar, que as iniciativas do MEC possam beneficiar as crianças, na sala de aula.

Segundo os organizadores do PDE, para identificar quais são as redes de ensino municipais e as escolas que apresentam maiores fragilidades, no desempenho escolar, e que, por isso mesmo, necessitam de maior atenção e apoio financeiro e de gestão, é necessário o uso de um instrumento denominado Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

O IDEB pretende ser o termômetro da qualidade da educação básica em todos os estados, municípios e escolas do Brasil, combinando dois indicadores: fluxo escolar (passagem dos alunos pelas séries sem repetir, avaliado pelo Programa Educacenso) e desempenho dos estudantes (avaliado pela Prova Brasil nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática).

Mas, segundo estudos realizados por Freitas (2007) “o IDEB é mais um instrumento regulatório do que um definidor de critérios para uma melhor aplicação dos recursos da União visando alterar indicadores educacionais”. Fazendo com que o resultado de cada município e de cada estado seja utilizado para ranquear as redes de ensino, para acirrar a competição e para pressionar a opinião pública.

Vianna (2003) afirma que esses programas apenas apontam problemas, mas não as soluções necessárias. O impacto dos resultados pode ser considerado mínimo, pelas seguintes razões: os relatórios elaborados para administradores, técnicos e, em geral, para os responsáveis pela definição e implementação de políticas educacionais, não costumam chegar às mãos dos professores para fins de análise, discussão e estabelecimento de linhas de ação, o que se configura com mais um problema, por enquanto, sem solução.

E assim, as avaliações externas começaram a surgir no Brasil, nos fins da década de 80, mas sua efetivação maior se deu na década de 90, alegando o desejo de “contribuir com a qualidade do ensino”, fazendo uso de provas elaboradas a partir de Matrizes de Referência, um documento no qual estão descritas as habilidades a serem avaliadas e as orientações para a elaboração das questões. Muitas vezes, essas questões não apresentam nenhuma ligação com a realidade vivenciada pelas escolas, pelas regiões, estados e até pelo próprio estudante.

De acordo com Moretto (2002), “avaliar a aprendizagem está profundamente relacionada com o processo do ensino e, portanto, deve ser conduzido como mais um momento em que o aluno aprende”. Porém, não se entende porquê os resultados divulgados por essas avaliações, levam à conclusão de que os alunos das escolas

públicas não aprendem, revertendo o objetivo da avaliação, a qual deve ser processual e ser considerada como mais um momento de aprendizagem.

Segundo Hoffmann (2000), a avaliação só faz sentido se tiver intuito de buscar novos caminhos para melhor aprendizagem. Por isso pode-se afirmar que a avaliação baseada na lógica do exame, atende apenas às exigências de natureza administrativa, serve para reconhecer formalmente a presença (ou ausência) de determinado conhecimento, mas não dispõe da mesma capacidade para indicar qual é o saber que o educando possui ou como estão interpretando as mensagens que recebe. Tão pouco pode informar sobre o processo de aprendizagem do estudante ou questionar os limites do referencial interpretativo do professor.

E quando esse exame advém de uma avaliação externa, a qual muitas vezes encontra-se distanciada da realidade vivida pelos educandos, aí mais difícil a contribuição a ser dada para a melhora do ensino e da aprendizagem. De acordo com Luckesi (2001), a avaliação pode ser caracterizada como uma forma de ajuizamento da qualidade do objeto avaliado, fator que implica uma tomada de posição a respeito do mesmo, para aceitá-lo ou para transformá-lo. A definição mais comum encontrada nos manuais estabelece que o ato de avaliar é um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade tendo em vista uma tomada de decisão, eliminando assim a possibilidade da mesma está a serviço do estudante.

De acordo com Silva (2006)

O ato de avaliar não é um ato neutro que se encerra na constatação, como acontece em alguns programas; ele é um ato dinâmico que implica na decisão de “o que fazer”; sem este ato de decidir, o ato de avaliar não se completa, ele não se realiza, chegar ao diagnóstico é uma parte do ato de avaliar.

E assim, exige diagnóstico sobre qualidade do ensino ofertada e análise quanto ao objetivo dos programas propostos e o processo de implantação dos mesmos, no que se refere as metas propostas e estratégias traçadas por seus formuladores.

Isto não quer dizer que a averiguação de uma “avaliação externa” só deve ser realizada quando esta apresentar problemas, mesmo porque qualquer avaliação externa, inclusive aquelas consideradas “excelentes”, possui etapas ou processos passíveis de aperfeiçoamento, ou mesmo de ampliação, portanto há a necessidade de avaliá-las, analisando se estão produzindo efeitos sobre seus beneficiários, atingindo as metas

previstas e quais são os impactos destas avaliações, no meio social e na realidade a qual estão atreladas.

Procedimentos Metodológicos

Esse trabalho é de natureza qualitativa, visando compreender o sentido e o significado das políticas de avaliação externa da educação básica. Pois, de acordo com Minayo (2003), esse tipo de abordagem aprofunda os significados das ações e relações humanas.

Portanto, no decorrer dessa pesquisa buscamos nos aproximar do objeto de estudo para contribuir com a reflexão sobre as políticas de avaliação externa destinadas a educação básica.

Minayo (2003) afirma que “teoria, método e criatividade são os três ingredientes ótimos que, combinados, produzem conhecimentos e dão continuidade à tarefa dinâmica de sondar a realidade e desvendar seus segredos”, aproveitando suas reflexões destaco que o objetivo, a teoria, o método e a criatividade são os quatro ingredientes importantes para a realização desse estudo.

A investigação científica depende de um “conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos” conforme explicita Gil (1999, p. 26) e para que os objetivos sejam atingidos o estudo percorreu um caminho trilhado pelo levantamento bibliográfico, consulta e estudo de documentos oficiais produzidos pelo MEC, INEPE e IDEB.

Essa escolha metodológica teve o propósito de alcançar os objetivos propostos apresentados, no que concerne a análise das políticas de avaliação externa da educação básica e, especificamente, a função da Prova Brasil.

A Avaliação Nacional do Rendimento Escolar ANRESC (Prova Brasil), realizada a cada dois anos, trata-se de avaliação externa, que surgiu no ano de 2005, elaborada a partir de matrizes de referência, a mesma avalia as habilidades em Língua Portuguesa, foco na leitura, e em Matemática, foco na resolução de problemas. É aplicada somente a alunos do quinto e nono ano da rede pública de ensino, em área urbana, e tem como prioridade evidenciar os resultados de cada unidade escolar da rede pública de ensino.

Segundo seus organizadores, essa avaliação tem por objetivo contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, reduzindo as desigualdades de democratização do

ensino público. Bem como, buscar o desenvolvimento de uma cultura avaliativa que estimule o controle social sobre os processos e resultados do ensino.

Enquanto política nacional, a Prova Brasil expande seus resultados ao SAEB, fornecendo assim, as médias de desempenho para o Brasil, regiões e unidades da federação, em cada um dos municípios e escolas participantes, através do IDEB, conforme o quadro a seguir.

Resultado do IDEB 2005-2007 / projeções para o **Brasil**

	2005	2007
Pública	3,6	4,0
Federal	6,4	6,2
Estadual	3,9	4,3
Municipal	3,4	4,0
Privada	5,9	6,0

Fonte: INEP

Diante do resultado do IDEB de 2005 e 2007, percebe-se que houve um avanço no rendimento escolar das redes de ensino, no período da avaliação, embora esses resultados não correspondam a todo o universo escolar, aonde um número significativo de escolas não chegaram a atingir a média prevista. Podemos assim, destacar que a rede federal de ensino, tem atingido as melhores médias, mostrando talvez que tais resultados possam estar atrelados à organização e investimentos que vem sendo investido no alcance do desempenho do rendimento de ensino oferecido por estas instituições.

A Prova Brasil e as “contribuições” para “qualidade do ensino”

Desde o início da década de 90, a lista de exames e índices nacionais e internacionais para a Educação não para de crescer, Prova e Provinha Brasil, SAEB, Pisa, ENEM, IDEB, acrescidas as provas e ranques estaduais e municipais que divulgam constantemente os resultados das avaliações. Logo, diante de tanto controle, qual a importância das avaliações externas para a educação?

Ao iniciarem o uso das avaliações externas, a idéia era a necessidade de estruturar um sistema de avaliação que medisse a qualidade da educação e que poderia

ser examinada pelo resultado da aplicação de provas, mensurado por um instrumento que captasse essa qualidade.

Segundo Massae (2007)²

A avaliação nacional não deveria ser repetida no âmbito estadual e municipal; os sistemas deveriam produzir suas próprias avaliações de acordo com as características regionais e de sua realidade. [...] uma avaliação nacional é reduzida, limitada e, por isso mesmo, não pode ser considerada um padrão nacional; o trabalho do professor e a formação docente não podem ser reduzidos a questões apresentadas numa avaliação.

Pois, a avaliação é uma aliada da educação e obviamente do professor, como já afirmava Mendéz (2002) “[...] avalia-se para conhecer e para melhorar a prática pedagógica em sua complexidade, bem como para colaborar com a aprendizagem do aluno”.

De acordo com Depresbíteris (2002)

[...] medir não é igual a avaliar, ao medir dá-se ênfase aos fenômenos quantitativos, como por exemplo, as notas obtidas, quantidades de acertos, de erros, etc.; enquanto avaliar é conhecer, é contribuir, é intervir, é oferecer ao aluno ou ao professor informações para a melhoria dos desempenhos não dominados.

Ou seja, precisa-se de uma avaliação que não se apegue apenas a fenômenos quantitativos, com o objetivo de medir conhecimento, mas sim, uma avaliação libertadora, mediadora que possibilite o educando a construir conhecimentos, como já defendia Hoffmann (1993).

Segundo Vianna (2003) os resultados dos desempenhos apresentados em escalas elaboradas por intermédio de rigorosos procedimentos estatístico, e com a especificação dos vários níveis correspondente a competências, dificultam as análises docentes na interpretação dos resultados. E, assim, os resultados de desempenho alcançados pelos educandos não dão subsídio para os educadores suprirem as necessidades encontradas no ensino.

² Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br>>, acessado no dia 03-02-09 às 2h15.

Em Vianna (2003) a crítica a esse instrumento se destina a forma como se mascara o ensino e aprendizagem na divulgação dos resultados. Além, de fortalecer as competições institucionais, reafirmam o lugar de desqualificação e desprestígio das redes públicas de ensino, quanto não atingem um mínimo de resultados pré-estabelecidos pelas equipes organizadoras dos referidos programas.³

Tal discurso enfatiza a crise de ineficácia do sistema educacional brasileiro, no bojo da qual está o desempenho das escolas e dos professores, de um lado, como fator de resultados insatisfatórios de aprendizagem dos alunos. Mas, de acordo com Silva (2006)

[...] a avaliação educacional do ensino – aprendizagem é constituinte e integradora da ação educativa, constituinte porque faz parte do trabalho pedagógico, não é um apêndice ou umnexo, está inserida na relação dialógica entre planejar, ensinar e aprender. Integradora porque costura os elementos da prática educativa, fazendo o nexonecessário para que haja justamente o diálogo entre o planejamento, a ensinagem a aprendizagem e a própria avaliação.

Há, portanto, necessidade e relevância de uma reflexão sobre a relação entre a centralidade que a avaliação da educação básica tem recebido na política pública e as tendências na construção científica de seus processos e resultados.

Pois, baseando-se em estudos realizados por Freitas (2007), “[...] a divulgação dos resultados por escola, transforma o serviço público em mercado (ou mais precisamente em um quase mercado)”. E, assim, o ato de responsabilizar a escola e o educador, leva a perceber as influencias das políticas neoliberais, as quais favorecem uma redução do papel do Estado.

Em Rezende Pinto (2008)⁴

Os exames permitem identificar fortalezas e debilidades a serem enfrentadas, além de analisar a dinâmica do sistema em uma perspectiva histórica. [...] Por outro lado, não faltam idéias que contornam as más conseqüências dos exames e oferecem boas alternativas em termos de avaliação: investir no trabalho dos Conselhos de Educação, receber visitas críticas de professores, coordenadores e diretores de outras escolas, realizar auto-avaliações freqüentes e, em especial, escutar a opinião de pais e alunos. Eles têm

³ Podemos verificar esse discurso na seguinte notícia, Disponível em <http://noticias.uol.com.br> acessado no dia 17-11-08; às 22 horas: *Os resultados da Prova Brasil 2005 constataram que os alunos da rede municipal do Recife, do 2º ano do 2º ciclo, antiga 4ª série, atingiram a última colocação nacional.*

⁴ Acessado em: < <http://revistaescola.abril.com.br>> no dia 07-02-2009 às 21 horas.

muito a dizer e são pouco ouvidos. Essa é uma boa maneira de avaliar, além de muito mais barata.

Essas considerações nos aproximam de questões que o governo ainda precisa ajustar como a comparabilidade de índices que envolvem escolas com realidades tão diferentes num país de fortes contrastes econômicos e culturais.

Entretanto vivemos em um sistema onde se pune a escola, o docente e o estudante pelos maus resultados atingidos na educação, enquanto se esquece de avaliar as próprias políticas educacionais.

Considerações Finais

O estudo identificou que a qualidade do ensino ofertada no país, esta cercada de avanços e retrocessos. Porém, não podemos restringi-la ao ato de diagnosticar e medir conhecimentos, mas ressaltar a pertinência de uma análise detalhada junto aos docentes sobre os diagnósticos emitidos pelas avaliações externas.

Avaliar o rendimento educacional a partir de uma única referência e/ou um único modelo de avaliação, pode ser mais um limite das políticas de avaliação externa da educação básica, que acabam unificando os ritmos e as formas de aprender.

Acompanhar o rendimento educacional de uma unidade escolar, de um município, de um estado se traduz em possibilidade de intervir na qualidade da educação e conhecer a realidade que vem sendo vivenciada pelos que fazem e mantêm a educação.

Assim, o ato de possibilitar aos educadores a oportunidade de analisar de perto os resultados obtidos por essas avaliações, torna-se uma forma de contribuir com a reflexão sobre as várias possibilidades de intervenção pedagógica, pois, conforme afirma Luckesi (2001), o ato de avaliar deve está a serviço da aprendizagem. E, assim, não se afastar da compreensão que a formulação das políticas de avaliação externa almeja acompanhar o rendimento educacional visando contribuir com a qualidade do ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/ 9.394 de 20.12.96*, Brasília, 1996.
- _____. *Constituição da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF: Senado, 1988.
- _____. *Conselho Nacional de educação Câmara de Educação Básica, 55ª Sessão*, Brasília, 2007.
- _____. Ministério de Educação. *Relatório Nacional do Sistema de Avaliação do Ensino Básico de 1990*. Brasília, DF, 1991.
- FREIRE, Paulo. *Ação Cultural para a liberdade: e outros escritores*, 8ª edição, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982.
- FREITAS, Luiz Carlos. Eliminação adiada: o acaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. *Revista Eletrônica de Educação*, Volume 28, Disponível em: <<http://www.scielo.com.br>>, 2007.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3º ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- HOFFMANN, Jussara. *Avaliação Mediadora: Uma prática em construção da pré-escola à universidade*, 16º edição, Mediação, Porto Alegre, 1993.
- _____. *Pontos e contra pontos do pensar ao agir em avaliação*, Porto Alegre, mediação, 2000.
- LUCKESI, Cipriano C. *Avaliação da aprendizagem Escolar*, 11ª edição, Cortez, São Paulo, 2001.
- MÉNDEZ, Juan Manuel A. *Avaliar para conhecer; examinar para excluir*, Artmed, Porto Alegre, 2002.
- MINAYO, Cecília de Souza. *Pesquisa Social, teoria, método e criatividade*, 22ª edição, editora vozes, Petrópolis, 2003.
- MORETTO, Vasco Pedro. *PROVA: um momento privilegiado do estudo não um acerto de contas*, 3ª edição, DP&A, Rio de Janeiro, 2002.
- SACRISTÁN, J. Gimeno; GOMEZ, A. I Pérez. *Avaliação no ensino: compreender e transformar o ensino*, 4ª edição, Artmed, Porto Alegre, 1998.
- SILVA, Janssen Felipe da. *Avaliação na Perspectiva Formativa Reguladora: Pressupostos teóricos e práticos*, 2ª edição, Mediação, Porto Alegre, 2006.

SOUSA, C. Prado; DEPRESBITERIS, Lea; FRANCO, Maria Laura P. BARBOSA; Sousa, SANDRA Z. Lian (Orgs.). *Avaliação do Rendimento Escolar*, 10ª edição, Papyrus, São Paulo, 2002.

VIANNA, Heraldo Marelim. *Avaliação em Debate: SAEB, ENEM, PROVÃO*, Plano editora Brasília, 2003.